AESE ESCOLA DE DIRECÇÃO E NEGÓCIOS
Correio da AESE
17.MAIO.2011
N.557
DOCUMENTAÇÃO
www.aese.pt

Do Estado Providência à Grande Sociedade

Quase um ano depois da chegada de David Cameron ao número 10 de Downing Street, a sua visão da Grande Sociedade tem vindo a adquirir perfil. A mensagem central – mais iniciativa dos cidadãos e menos intervencionismo estatal – continua intacta. Mas a crise económica e a aliança com os liberais-democratas obrigaram-no a fazer alguns ajustamentos. Vamos analisar a evolução que seguiu a sua ideia inicial.

Cameron começou a gerir o projecto da Grande Sociedade enquanto estava na oposição. Mas foi durante a campanha para as eleições gerais britânicas, que a ideia veio a tornar-se pública. Logicamente, tinha que a apresentar bem.

Além de se distanciar da herança de Margaret Thatcher, o líder *tory* queria suscitar esperança a um eleitorado muito descontente com o défice, o desemprego e as subidas de impostos.

A Grande Sociedade era, nessa altura, um projecto difuso na mente de Cameron. Havia, evidentemente, uma ideia clara: devolver aos cidadãos e às comunidades locais parte do poder que tinha vindo a ser acumulado pelo Estado na era trabalhista.

Mas o conjunto de ideias que acompanhava essa mensagem central não era demasiado concreto. Cameron – assegurava – queria promover o voluntariado, a iniciativa dos cidadãos, os valores familiares e a responsabilidade cívica.

Uma ideia inclusiva... e astuta

Talvez que o que dava maior coerência ao seu programa fosse a ideia de que a sociedade britânica estava dividida e que tinha de ser recomposta necessariamente entre todos; uma espécie de *do it yourself* comunitário.

Dividida, porquê? A versão de alguns *tories* – próxima da dos *think tanks* conservadores "The Center for Social Justice" e "ResPublica" - é que o permissivismo dos trabalhistas, juntamente com uma política fiscal que privilegia a instabilidade familiar, tinha potenciado certos problemas como a dependência dos subsídios, o crescimento das taxas de divórcio ou o enfraquecimento dos vínculos sociais.

Outros *tories*, pelo contrário, preocupavam-se mais com a proliferação de regulamentações estatais durante os treze anos de governo trabalhista (acentuada, sobretudo, na fase liderada por Gordon Brown). Mais próximos dos liberais-democratas, este sector caracterizava-se por uma visão pragmática da política e menos preocupada com os valores.

A diversidade de tendências dentro do Partido Conservador, juntamente com o empenho na conquista do maior número possível de votantes, explicaria a ambiguidade que Cameron manteve durante a campanha eleitoral nalgumas questões sociais controversas. Por exemplo, quando propôs impulsionar uma sociedade favorável à família.

A este equilíbrio tem de se acrescentar a delicada situação económica da Grã-Bretanha. Nos três debates na televisão, os candidatos favoritos nas sondagens (Cameron e Brown) advertiram, de forma activa e de forma passiva, que se aproximavam tempos de austeridade e de cortes orçamentais.

Em síntese, poder-se-ia dizer que durante a campanha eleitoral, a visão da Grande Sociedade tinha bastantes ingredientes para conseguir o apoio dos votantes. Em primeiro lugar, porque era uma ideia inclusiva: embora se definisse em oposição ao Estado Providência dos trabalhistas, apelava aos cidadãos com a ideia de que "disto tratamos nós todos". E, em segundo lugar, porque apresentava valores e princípios positivos.

Também era uma ideia astuta, pois mostrava uma saída digna – e, de alguma maneira, uma justificação teórica coerente – para os futuros cortes orçamentais que o novo governo teria necessariamente de efectuar. Já que a partir de agora a iniciativa seria dos cidadãos... que ninguém fosse, a seguir, solicitar quaisquer montantes de dinheiro a Cameron.

Da campanha eleitoral ao Parlamento

Quando chegou o dia 6 de Maio, data das eleições, o eleitorado não sabia muito bem em que consistia a Grande Sociedade. Mas após a formação do Governo com os liberais-democratas, as palavras genéricas foram dando lugar às políticas concretas. E aqui, tem de se reconhecer, a coligação foi coerente com a ideia de dar um maior protagonismo aos cidadãos.

Aprovada em Julho passado, a Lei das Academias possibilitou que pais, professores, empresários, igrejas e organizações de beneficência criassem novas escolas, viabilizadas com financiamento público, sem que as autoridades educativas locais pudessem vetá-las.

Em Novembro, o governo publicou um Livro Branco onde acrescentava novos incentivos à variedade de escolas e à liberdade de escolha. Além disso, propunha envolver mais as escolas públicas na preparação dos seus professores, dando àquelas uma maior autonomia.

Após a educação, foi a saúde. A medida mais significativa da reforma proposta por Cameron em Janeiro deste ano, consistia em transferir a gestão de 80% do orçamento do sector da saúde que se encontrava nas mãos das autoridades sanitárias locais, para consórcios formados por clínicos gerais, que se iriam juntar de modo a contratar serviços de hospitais e especialistas. O seu trabalho seria supervisionado por um novo órgão independente.

Se acabasse por ser aprovada pelo Parlamento, a reforma permitiria aos médicos da Inglaterra (as outras partes da Grã-Bretanha têm os seus próprios sistemas de saúde) decidir onde seria necessário mais dinheiro e onde deveria haver cortes. Além disso, os consórcios seriam autorizados a contratar serviços de empresas privadas que passariam a competir com a administração pública de saúde.

A estas duas grandes reformas, a educativa e a sanitária, acrescentaram outras iniciativas no terreno político. Algumas são mais simbólicas do que reais. É o caso da "Your Freedom", uma página *web* onde qualquer cidadão do Reino Unido denuncia e propõe que se revoguem leis que considere limitadoras das liberdades.

Outras, pelo contrário, terão um efeito mais imediato na vida quotidiana dos cidadãos e das comunidades locais. Aí se insere a proposta de aumentar o número de cidades que poderão eleger os seus presidentes de câmara e outras medidas que se irão definir na reforma do sistema eleitoral.

O problema é a burocracia

Tendo em conta estas medidas, é evidente que Cameron está a ser coerente com a sua visão da Grande Sociedade. Outra coisa é o facto dos cortes que estão a ser efectuados pelo seu Governo serem motivo de discussão. Neste sentido, é interessante a crítica que lhe fazem algumas organizações de beneficência (teoricamente, simpatizantes potenciais da Grande Sociedade).

A crítica pode resumir-se assim: por um lado, Cameron quer que os cidadãos façam voluntariado e que se envolvam mais na actividade quotidiana dos seus bairros; por outro lado, corta as ajudas económicas às organizações de beneficência.

Para a revista "The Economist" (10 de Fevereiro de 2011), esta polémica pode levar a que o programa da Grande Sociedade não seja mais do que uma bonita maquilhagem para justificar os cortes, e que Cameron talvez esteja à espera que os cidadãos façam gratuitamente o trabalho que costumava ser feito pelo governo.

Em relação com esta polémica, conta o jornal "The Telegraph" (14 de Fevereiro de 2011) o confronto havido entre Cameron e Sir Stephen Bubb, Director da "Association of Chief Executives of Voluntary Organisations", numa reunião realizada no mês de Fevereiro em Londres.

"O Senhor tem paixão [pela Grande Sociedade] ", atirou sir Bubb a Cameron. "E eu tenho paixão pelas organizações de beneficência; e, quando observo que alguém faz cortes nas suas ajudas e o seu trabalho nas comunidades vulneráveis enfraquece, digo que isso não está bem".

Mas Cameron não se intimidou facilmente. Aproveitando dados publicados durante essa altura – mais de 220 responsáveis por municípios têm um salário superior ao auferido pelo primeiro-ministro (142.500 libras em 2010) e, pelo menos, mil funcionários ganharam nesse ano mais de 1.000 libras – argumentou que o Governo não tinha outras opções devido ao elevado défice público.

"Contudo – acrescentou –, as autoridades locais têm margem de manobra e podem decidir a que destinam os seus orçamentos. Por isso, estamos a pedir-lhes com firmeza que cortem no seu aparelho burocrático e baixem os seus salários, antes de fazerem cortes às ajudas concedidas às organizações de beneficência".

E agora, como é?

A ideia da Grande Sociedade poderia ser objecto de uma nova reviravolta nos próximos tempos. Dias depois da polémica revelada pelo "The Telegraph", o mesmo diário – de orientação conservadora – publicou um artigo assinado por Cameron onde anunciava a publicação de um Livro Branco dirigido à modernização do sector público britânico.

Este documento, que irá ser publicado em breve, pretende possibilitar que as empresas privadas assumam a prestação dos serviços públicos (com excepção da segurança nacional e da justiça) de modo a "substituir o monopólio do Estado por um sistema mais competitivo e eficaz".

Ter-se-á de esperar para ver o que diz o documento. Mas se, no final, a sua visão da Grande Sociedade se reduzir à eterna discussão Estado *vs.* Mercado, irá defraudar um amplo sector do Partido Conservador.

E não é porque não estejam de acordo com esta ideia – e estão –, mas porque na formulação original da ideia da Grande Sociedade estava presente um discurso ético que agora praticamente desaparece: o de impulsionar os valores familiares e os vínculos comunitários.

Dizia-o a seu modo o próprio Cameron no seu artigo: "Para nós, devolver o poder aos cidadãos em detrimento de Whitehall [sede do governo britânico] e modernizar os serviços públicos, são aspectos mais significativos da Grande Sociedade que o trabalho que estamos a realizar para estimular a acção social".

J. M.

(com autorização de "www.aceprensa.pt")

“A outra face do permissivismo é mais Estado”

Nascido no ambiente operário dos arrabaldes de Liverpool, Phillip Blond estudou filosofia e ciências políticas na Universidade de Hull e teologia em Cambridge. É o fundador do “ResPublica”, um *think tank* que se define como independente embora esteja vinculado ideologicamente aos conservadores britânicos. Foi entrevistado aquando da inauguração do “EncuentroMadrid”.

Blond movimenta-se com gosto no terreno das ideias políticas. Em poucas palavras, condensa mensagens atractivas às quais podem juntar-se, com facilidade, pessoas das mais variadas tendências ideológicas. Nesta altura da crise económica, quem não deseja humanizar o mercado ou fortalecer o poder dos cidadãos?

Acrescenta-se a isto a indefinição característica dos teóricos das terceiras vias como Wilhelm Röpke, Karl Mannheim, Anthony Giddens ou Amitai Etzioni. Todos eles concordam em afirmar que a sua proposta é “renovadora e moderna”, seja em face do liberalismo, do socialismo, da social-democracia ou - agora com Blond – do conservadorismo.

Phillip Blond, o ideólogo de Cameron?

— Alguns dizem que é o inspirador do “novo conservadorismo” de David Cameron como um dia o foi, de Tony Blair, o sociólogo Anthony Giddens do “novo trabalhismo”. Quanto há de Phillip Blond na ideia da Grande Sociedade?

— Sinceramente, não sei. Tenho conseguido manter boas relações com Cameron e com vários dos seus ministros; nas nossas conversas, exponho as minhas ideias e a verdade é que, de uma forma ou de outra, têm tido eco no seu governo.

Grande parte do que defendo no livro “Red Tory: How Left and Right Have Broken Britain and How We Can Fix it”, “Faber and Faber”, 2010 e nos relatórios do “ResPublica” plasmaram-se já em políticas concretas. A ideia apresentada da Grande Sociedade está no núcleo da minha proposta. Daí ser justo reconhecer essa influência. Mas não sou “o ideólogo” de Cameron. A comparação com Giddens é exagerada.

Se vale tudo, mais Estado

— Actualmente, parece que o permissivismo (que cada qual faça aquilo que quiser, desde que não prejudique terceiros) converteu-se num dos critérios essenciais que guiam os comportamentos. Mas, paradoxalmente, cada vez se toleram mais as ingerências por parte do Estado na vida pessoal.

— Efectivamente, considero que ambas as tendências estão relacionadas e, de facto, cada uma alimenta a outra. O colectivismo extremo gera tal nível de opressão e de autoritarismo que acaba desembocando, como para libertar tensões, no auge do individualismo.

Por outro lado, uma sociedade dominada pelo individualismo extremo e pela libertinagem leva a que alguns indivíduos se sobreponham a outros. A desigualdade e o confronto social que isto acarreta faz com que, inevitavelmente, aumente a procura de “mais Estado”.

Uma sociedade em que só contam os direitos individuais acaba por reclamar um Estado mais autoritário, que proteja esses direitos e que controle os indivíduos de modo a que não interfiram na esfera dos outros.

Uma ética ligada à realidade

— Um modo de resolver este paradoxo seria promover o que tem designado por “cultura de auto-controlo ético” em vez de assentar tudo nos regulamentos externos. A ideia soa bem, mas como construí-la?

— Através da prática e do discernimento do bem comum. Na minha opinião, esse discernimento cabe a nós, cidadãos, aplicá-lo, a partir da noção de objectividade, atendendo aos bens reais.

É evidente que existem divergências entre as pessoas, mas uma sociedade não pode fundar-se em discrepâncias contínuas, porque então acabamos em guerra de todos contra todos. Uma cultura baseada no desacordo radical não é uma cultura.

Daí que, embora existam essas discrepâncias, a primeira coisa que devemos procurar é o acordo. Necessitamos de debater e ter bem assentes quais são os fundamentos morais básicos da nossa sociedade.

— E esse aspecto de procurar um acordo sobre valores partilhados, não será demasiado utópico?

— A ética deve estar vinculada ao discernimento do objectivo. Não é impor a minha verdade subjectiva aos outros, mas procurar, em conjunto, a verdade objectiva entre todos. A política tem a ver com essa busca. Poucas pessoas negam haver valores comuns.

Levar a sério o pluralismo

— Concordo consigo que, no plano das relações sociais, quase todos nós temos por assentes determinados critérios de justiça (“é bom ajudar os outros”, “não matarás”, “não roubarás”...). No entanto, parece que no âmbito pessoal não existem critérios objectivos.

— É sempre possível interrogar-nos sobre o que nos torna humanos e que consequências decorrem de aspirarmos a assim viver. Defendo o favorecimento de uma “cultura política”; a preferência por alguns estilos de vida em detrimento de outros depende da persuasão, não da coerção.

— Há pouco, um casal de cristãos foi excluído como família de acolhimento na Grã-Bretanha por não estar disposto a falar às crianças de modo favorável sobre a

homossexualidade. A exclusão baseia-se na polémica Lei de Igualdade aprovada pelo último governo trabalhista. É paradoxal proteger um grupo de cidadãos à custa da discriminação de outro.

— O problema deste debate poderia resumir-se desta forma: todos queremos ser iguais, mas ainda não decidimos em que consiste essa igualdade. E isto leva-nos a cair no igualitarismo, que é bastante injusto e perigoso.

Como as maiorias, as minorias podem ser autoritárias. É preciso debater seriamente o que é conviver numa sociedade pluralista e livre.

J. M.